

Recomposição social e estrutura produtiva no concelho de Castelo Branco (1960/81/91)

Luís Melo Campos

Resumo: Este artigo sintetiza um trabalho sociográfico baseado em informação produzida pelo INE (*CENSOS*). Accionando o instrumento conceptual classes sociais, escrutina-se a composição social da população e a estrutura produtiva no concelho de Castelo Branco ao longo das últimas décadas, revelando-se um quadro de evolução em que se destaca a centralidade da cidade de Castelo Branco, primeiro em articulação com o sector terciário da economia (entre 1960 e 1981), e, numa segunda fase, com maior impacto em termos de fixação de populações, também em articulação com a actividade industrial (entre 1981 e 1991).

Introdução

Este artigo sintetiza os principais resultados de uma sociografia sobre a população activa e a estrutura de classes no concelho de Castelo Branco, que se realizou com base na informação produzida pelo Instituto Nacional de Estatística (*Recenseamentos Gerais da População* de 1961 e 1981 e *Resultados Preliminares* de 1991¹). Este trabalho de caracterização foi um dos primeiros passos de um projecto mais amplo que discute a relação entre desenvolvimento local e reprodução social tendo por referência empírica o caso do concelho de Castelo Branco (CAMPOS: 1994; 1995). Muito mais do que um ponto de chegada, a sociografia constituiu um ponto de partida, escrutinando composição social e a estrutura produtiva do concelho e as respectivas inserções na região da Beira interior e no País ao longo do período considerado.

¹ O carácter não exaustivo do *Censo de 1970* e a reconhecida fraca credibilidade técnica do processo de amostragem accionado justificam a sua exclusão como fonte pertinente para esta sociografia. Maior penhora merece a impossibilidade de integrar aqui toda a informação pertinente recolhida pelo *Censo de 1991*, mas com exceção dos *Resultados Preliminares* (compreendendo informação sobre população residente por concelhos e freguesias que naturalmente se capitalizou) só muito tarde o INE disponibilizou informação sobre um mais amplo conjunto de variáveis, designadamente as necessárias para trabalhar em termos de classes sociais.

A análise sociográfica da informação estatística contida nos *Censos* seguiu o procedimento ensaiado para o conjunto do país por João Ferrão (FERRÃO: 1982; 1985), conjugado com os contributos para a teoria das classes sociais que João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado têm desenvolvido e aplicado à realidade portuguesa (por exemplo: ALMEIDA: 1986 e ALMEIDA/COSTA/MACHADO: 1988). Partindo de uma definição de classe social que privilegia diferentes formas de inserção na divisão social do trabalho (embora aí não se esgote uma vez que a diferentes inserções correspondem distintas situações nas hierarquias do *poder* e do *saber* sociais), utiliza-se o instrumento conceptual *classes sociais* para, paralelamente à análise de certas dimensões demográficas, restituir transformações nas estruturas social e produtiva.

Não é aqui oportuno desenvolver problemas de teoria e medida relativos ao instrumento conceptual *classes sociais*. Todavia, a operacionalização de conceitos debate-se sempre com problemas e implica opções não inconsequentes. Neste caso, restituir a estrutura de classes com base nos *Censos*, implicou uma operacionalização do conceito de classe que embora apresente virtualidades comprehende também limitações. Umas e outras merecem ser sinteticamente enunciadas:

a) principais limitações:

- a informação é relativa a um determinado momento cuja relevância sociológica se esgota no carácter periódico com que os próprios *Censos* se realizam; o processo de transformação da estrutura de classes obtém-se por comparação entre dois momentos que distam entre si, no mínimo, 10 anos;
- recorre-se apenas a dois indicadores relativos à situação de classe: a profissão e a situação na profissão; elide-se, pois, em boa parte, o problema da pluridimensionalidade do conceito de classe social;
- negligenciam-se os indivíduos pertencentes a categorias sociais cuja definição não passa pela sua inserção no processo produtivo, porque dele

não fazem parte, os não activos: estudantes, reformados, pensionistas, domésticas, pessoas vivendo de rendimentos e mesmo alguns desempregados (todos aqueles que não assumem nenhuma profissão). No seu conjunto, o volume deste grupo não é certamente residual, tendendo mesmo a aumentar no quadro das sociedades ocidentais contemporâneas;

- a informação é atomística e individualizada, não permitindo restituir grupos primários de inserção social (a família, em princípio); elide-se, pois, o problema da unidade de análise adequada ao conceito de classe social;
- é nula a informação sobre trajectos socioprofissionais e classes de origem, negligenciando a relevância das trajectórias sociais;
- retém-se apenas o que os indivíduos referem como sendo a sua actividade principal, ocultando assim possíveis situações de pluriactividade.

b) virtualidades:

- permite, em princípio, o escrutínio de todos os indivíduos activos, ou seja, escrutinar o conjunto do universo obtendo a exacta configuração da estrutura de classes; deste modo, possibilita-se a posterior construção de amostras probabilísticas de tipo estratificado em função da variável classe social;
- a comparação de dois (ou mais) *Censos* distintos permite obter as grandes linhas de transformação da estrutura de classes num determinado território; a comparação de dois ou mais espaços num mesmo tempo, permite identificar a forma como elas se articulam, as suas semelhanças e diferenças, e, portanto, revelar a especificidade de cada território.

Assumindo embora as contingências enunciadas em a), é possível parametrizar com razoável precisão a estrutura de classes no concelho de

Castelo Branco nos anos de 1960 e 1981, obtendo o "peso específico" de cada classe e fracção de classe e a respectiva evolução ao longo do período e, relacionando esta informação com os sectores de actividade económica e com as estruturas de classe de nível nacional e regional, é possível observar as grandes linhas de inserção e de transformação social e produtiva no concelho.

Num primeiro momento, porém, analisam-se os principais fluxos demográficos que atravessaram a região ao longo dos trinta anos que separam os Censos de 1960 e de 1991. Com uma superfície de 1440 Km², Castelo Branco é o terceiro maior concelho do país e situa-se na região das Beiras, mais particularmente na Beira interior sul. Concelho interior e raiano, Castelo Branco conta hoje com cerca de 54 mil habitantes, metade dos quais (49%) concentrados em Castelo Branco-cidade. Como se verá, nem sempre foi assim.

1. Fluxos migratórios (1960 - 1981 - 1991) - Quadros I e II

Entre 1960 e 1991 a região da Beira interior viu-se despovoada em cerca de 197 mil residentes (-32.85%). Este decréscimo foi mais acentuado entre 1960 e 1981 do que entre 1981 e 1991 (em índice, com 1981=100, tem-se: 1960=127.7; 1981=100 e 1991=85.7). Na sub-região da Beira interior sul o decréscimo de população residente foi igualmente acentuado, atingindo um saldo negativo de 31,3%. Também neste caso, mais ainda do que no anterior, o decréscimo ocorre mais violentamente entre 1960 e 1981, sendo apenas de -6% o saldo entre 1981 e 1991 (em índice: 1960=137.2; 1981=100 e 1991=94.1).

Escrutinando mais finamente a Beira interior sul verifica-se um comportamento desigual entre o concelho de Castelo Branco e os restantes concelhos constituintes da região (Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Ródão). Nestes últimos o êxodo de residentes é muito acentuado (atingindo saldos negativos superiores a 50% entre 1960 e 1991) e surge bastante atenuado o ponto de inflexão (1981) detectado para as regiões da Beira interior e da Beira

interior sul. No concelho de Castelo Branco não só se verifica a menor redução de população residente entre 1960 e 1981 como se mantém razoavelmente estável de 1981 para 1991 (em índice: 1960=115; 1981=100 e 1991=98.9), ou seja, um êxodo global inferior a nove mil residentes, o que corresponde a menos 13.8% em trinta anos.

Desdobrando ainda o concelho de Castelo Branco pelas suas distintas freguesias (num total de vinte e cinco), observa-se também aí um comportamento desigual. As freguesias que compreendem os dois maiores centros urbanos, respectivamente Castelo Branco e Alcains, aumentam as respectivas populações residentes, quer de 1960 para 1981 como de 1981 para 1991. Enquanto a freguesia de Alcains aumenta em 8% a sua população entre 1981 e 1991, na freguesia de Castelo Branco tem-se, em índice, 1960=62.9; 1981=100 e 1991=114.2, o que corresponde a um aumento global de cerca de doze mil residentes em trinta anos (+82%), merecendo sublinhar-se que a capacidade de atracção de populações por parte desta freguesia é superior ao êxodo de residentes no concelho. As restantes freguesias do concelho mostram-se entretanto incapazes de reter residentes, reduzindo os respectivos contingentes nos períodos de 1960-1981 e de 1981-1991. No entanto, é curioso verificar que algumas decrescem apenas ligeiramente mantendo as respectivas populações residentes nos mesmos níveis de grandeza (Retaxo, Cafede, Escalos de Cima e Escalos de Baixo) e que estas freguesias são contíguas ao eixo que une Castelo Branco e Alcains. Parece configurar-se no concelho uma zona com maior capacidade de retenção populacional em torno das freguesias mais marcadamente urbanas.

Em síntese, o concelho de Castelo Branco situa-se numa região particularmente afectada pelo êxodo populacional que atravessou o interior português ao longo das últimas décadas. No entanto, o concelho de Castelo Branco escapou à punção populacional, apresentando um êxodo inferior a nove mil residentes (-13,8%) no conjunto do período considerado (1960-1991). Um escrutínio mais fino do concelho revela que Castelo Branco foi atravessado por

um duplo movimento migratório: a) um movimento de saída para além fronteiras ou para o litoral continental, e; b) um afluxo aos centros urbanos do concelho (Castelo Branco-cidade e Alcains), com origem nas zonas rurais do próprio concelho e no seu exterior, provavelmente nos concelhos limítrofes.

2. Estruturas social e produtiva (1960 - 1981) - Quadros III e IV

Entre 1960 e 1981 a população activa portuguesa aumentou globalmente cerca de 10.5%, embora na Beira interior e no concelho de Castelo Branco tenha diminuído respectivamente 26% e 12.5%. Deste modo se evidencia o conhecido processo de desertificação (e envelhecimento) das regiões do interior português, com os indivíduos potencialmente activos a procurarem trabalho noutras territórios. Por outro lado, a distribuição da população activa por sectores de actividade económica no País e no concelho de Castelo Branco evoluíram para um ponto de convergência. De facto, estes dois referenciais espaciais distinguem-se sobretudo pelas respectivas situações de partida (1960) em que: o peso do sector terciário era sensivelmente idêntico (País: 23% e Castelo Branco: 24%); o território nacional apresentava, porém, uma componente secundária mais forte que o concelho de Castelo Branco (43% *versus* 34%) e, complementarmente, um sector primário mais fraco (34% *versus* 42%). Em 1981, a estrutura destas distribuições torna-se essencialmente idêntica no País e no concelho de Castelo Branco, fixando-se respectivamente em: agricultura 18.7%-19.9%, indústria 40.1%-40,2% e serviços 41.2%-40.9%.

Neste processo de convergência entre repartições da população activa por sectores de actividade económica, o concelho de Castelo Branco conheceu um crescimento proporcionalmente maior na indústria e, complementarmente, maior redução nos activos agrícolas do que o País, indicando uma clara transformação na estrutura produtiva, senão em termos de "produto", certamente na alocação de recursos humanos e, portanto, ao nível da

composição social da população. De facto, enquanto o sector agrícola diminui francamente o seu peso no recrutamento de activos (passando de 40.2% para 18.9%), o sector secundário e, sobretudo, o terciário aumentam os respectivos recrutamentos (respectivamente de 34% para 40.2% e de 24% para 40.9%).

Uma análise em termos de classes sociais permite desdobrar um pouco mais a evolução das estruturas social e produtiva no concelho de Castelo Branco sublinhando, por exemplo, que o sector primário, para além de constituir a base do emprego (42% dos activos em 1961), concentrava também parte significativa das iniciativas privadas de actividade económica. De facto, quer a Burguesia agrícola como a Pequena Burguesia Agrícola (Campesinato) eram mais fortes do que as não agrícolas (respectivamente 48.6% do total da Burguesia e 53.4% do total da Pequena Burguesia Agrícola e Independente) apresentando valores bem superiores à média do País para aquelas fracções de classe. Em 1981 a estrutura de classes apresenta importantes alterações, verificando-se designadamente uma acentuada regressão da Burguesia agrícola e do Operariado agrícola a par com um assinalável crescimento do Campesinato (mais que duplica). Parece, pois, estar-se em presença de significativa mudança nos padrões de exploração agrícola no concelho de Castelo Branco. Por um lado, as formas especificamente capitalistas de produção agrícola vêm profundamente reduzida a sua expressão numérica (em patrões e em trabalhadores) ficando por saber se a essa redução correspondeu algum incremento tecnológico. Por outro lado, emerge com bastante vigor uma forma de exploração agrícola não especificamente capitalista, provavelmente de tipo familiar (Campesinato), que em 1960 era quase insignificante mas que em 1981 representa cerca de metade dos activos agrícolas e quase 10% do total de activos no concelho.

Estas transformações na estrutura da produção agrícola são certamente merecedoras de uma análise mais fina (em termos temporais e noutras dimensões como as que se relacionam com as trajectórias dos actores e as características das explorações agrícolas). No entanto, globalmente, tais

transformações devem relacionar-se com, por um lado, os processos migratórios para o litoral e para o exterior do país que caracterizaram, sobretudo, a primeira década do período considerado (1960-81), e que encontravam no assalariamento agrícola (e nas condições específicas desse assalariamento: os baixos níveis remuneratórios e a sazonalidade do trabalho) uma população apetentemente emigratória, e, por outro lado, com dinâmicas de transmissão da propriedade fundiária por parte da Burguesia agrária tradicional a favor de novos protagonismos agrícolas, a que não terá sido alheio um movimento migratório inverso, que se fez sentir a partir de 1975, derivado do regresso de emigrantes além fronteiras e da fixação de ex-colonos no concelho, uns e outros de algum modo vocacionados para a iniciativa empresarial de tipo familiar².

Relativamente ao sector secundário viu-se que, embora inicialmente mais fraco, o concelho de Castelo Branco evolui de modo crescente e convergente com o conjunto do País. No entanto, ao nível da estrutura de classes apenas a Pequena Burguesia Independente e Proprietária (+123%) conhece algum dinamismo, o que tanto em número de activos como em volume/valor de produção não representará modificações muito substantivas, até pelo reduzido valor absoluto de partida. Por outro lado, a Burguesia industrial reduzia-se a metade, enquanto o Operariado industrial mantinha sensivelmente o mesmo número de efectivos e reduzia ligeiramente o seu peso relativo. Parece, pois, que o aumento do peso relativo do sector secundário (de 34% em 1960 para 40.2% em 1991) não deve atribuir-se à sua dinâmica intrínseca mas sim ao forte decréscimo (absoluto e relativo) do sector primário.

Entretanto, a fracção feminina da população activa é crescente ao longo do período, concentrando-se sobretudo na Pequena Burguesia de Execução em 1960, à qual se acrescenta em 1981 a Pequena Burguesia Técnica de Enquadramento. Foi, aliás, no sector terciário que ocorreram as maiores alterações ao nível da estrutura de classes, designadamente a emergência e

² Sobre características e comportamentos de emigrantes regressados e retornados de

crescimento exponencial da Pequena Burguesia Técnica de Enquadramento (de praticamente inexistente em 1960 a quase 10% da população activa em 1981) e o crescimento da Pequena Burguesia de Execução (de 19% para 24%). Para além disso, verifica-se uma alteração ao nível da estrutura interna da Burguesia, que passa de sobretudo agrícola para fortemente terciária (66.2%). Pode mesmo dizer-se que as classes e fracções de classe relacionadas com as actividades terciárias, revelando acentuado crescimento e alcançando um peso na estrutura de classes semelhante ao que se verifica no País, foram as que mais dinamizaram a recomposição social no concelho de Castelo Branco entre 1960 e 1981.

Em síntese, parece ter-se assistido à passagem de um concelho maioritariamente rural e de economia agrícola (em 1960) para uma territorialidade predominantemente urbano-industrial (em 1981), embora, mais urbana do que industrial, uma vez que as classes e fracções de classe associadas ao terciário se mostraram activas e crescentes, enquanto as classes e fracções de classe afectas à industria se mostraram pouco activas (estagnadas) ou mesmo em regressão.

Entretanto, o conjunto da Beira interior apresentava um comportamento distinto: com uma maioria de população activa ligada à agricultura em 1960 (62%), esta área de actividade regride para 37.3% em 1981 (o que corresponde aos valores que o País e Castelo Branco apresentavam em 1960); a indústria representava 21% dos activos em 1960 e 33.4% em 1981 (valor ainda inferior ao peso do sector secundário no País em 1960), e; finalmente, o terciário evolui de 17% em 1960 para 29.3% em 1981 (valores também aqui bastante inferiores aos que o País e Castelo Branco conhecem nas mesmas datas). Globalmente, a região da Beira interior pode, pois, considerar-se como ainda rural e de economia agrícola mesmo em 1981.

O comportamento singular do concelho de Castelo Branco face à região Beira interior encontra um nível de explicação genérica no facto de se tratar de

ex-colónias pode ver-se respectivamente (SILVA: 1984) e (PIRES: 1984).

um concelho que suporta uma capital de distrito - a cidade de Castelo Branco, sendo, por isso mesmo, sede de actividades políticas e administrativas e lugar privilegiado para a localização de escolas, hospitais e outras actividades (públicas e privadas) que procuram rentabilizar-se pelas sinergias económicas que o espaço urbano oferece, em particular, tratando-se de um espaço urbano que goza do prestígio social que a localização do poder político confere. Na região da Beira interior esta situação de destaque só conhece algum paralelo nas cidades da Guarda (também capital de distrito) e da Covilhã (cidade com alguma tradição industrial), uma e outra não objecto de análise particularizada no presente texto. O peso específico das estruturas da população por sectores de actividade económica destes três centros urbanos surge naturalmente diluído quando se considera o conjunto da Beira interior.

3. População activa e sectores de actividade económica (1981-1991)

Quadros III e V

No ponto anterior viu-se que, pese embora as distintas situações de partida (1960), a distribuição da população activa por sectores de actividade económica no concelho de Castelo Branco convergiu em 1981 para uma estrutura muito semelhante à do País. Entre 1881 a 1991, aquelas distribuições conheceram uma evolução em paralelo, verificando-se em ambos os casos:

- o acentuar do decréscimo do sector primário (de 18.7% para 11.6% no País; de 19.9% para 10% no concelho de Castelo Branco);
- embora relativamente menor, um decréscimo do sector secundário (de 40.1% para 33.2% no País; de 40.2% para 36% no concelho de Castelo Branco);
- uma razoável ampliação do sector terciário (de 41.2% para 55.2% no País; de 40.9% para 55% no concelho de Castelo Branco).

Deste conjunto de observações importa sublinhar que: a) o decréscimo do sector primário é mais acentuado em Castelo Branco; b) o decréscimo do sector secundário é menor em Castelo Branco do que no País. Estas diferenças são particularmente importantes na medida em que Castelo Branco é um concelho interior e os valores relativos ao País estão necessariamente afectados pelo peso das grandes zonas urbanas e metropolitanas do litoral, onde se concentra a maior parte da população portuguesa e das actividades económicas, designadamente o emprego industrial. Se, por exemplo, observarmos o conjunto da Beira interior, encontra-se em 1991 uma distribuição da população activa por sectores de actividade económica semelhante às que o concelho de Castelo Branco e o conjunto do País apresentavam dez anos antes (1981). Dito de outro modo, se o contexto geral é de diminuição do peso da população activa no sector secundário, como compreender que um concelho interior sem particular tradição industrial possa contrariar tal tendência?

Nesta singularidade de rumo está certamente entrosada uma política de desenvolvimento local liderada pela Câmara Municipal que promoveu a localização em Castelo Branco de capitais industriais transnacionais conseguindo obter forte impacto no mercado de trabalho (um saldo líquido de rondando os 2500 postos de trabalho entre 1985-1991, o que representa mais de 11% da população activa do concelho). Trata-se de um processo que já mereceu um estudo aprofundado, designadamente ao nível das relações entre políticas de desenvolvimento local, transformações no mercado local de trabalho, recomposição social, estratégias familiares e reprodução social (cf.: CAMPOS: 1994 e CAMPOS: 1995) e relativamente ao qual já afirmou que: ‘a Castelo Branco “tocou em sorte” uma componente negativa da divisão espacial do trabalho, que lança sobre os meios rurais segmentos produtivos que se limitam a procurar mão-de-obra não qualificada (...)’ (NEVES, et al: 1992; 109).

No contexto deste artigo merece salientar-se que a comparação das taxas regionais de desemprego e de actividade na Beira interior (quer se tome os concelhos constituintes da Beira interior sul, a Cova da Beira ou a Beira interior

no seu conjunto) revela uma situação favorável ao concelho de Castelo Branco. Apesar de uma taxa de desemprego relativamente baixa (4,8%), o concelho de Castelo Branco apresenta também a mais elevada taxa de actividade observável na região da Beira interior (41%), sendo de salientar o seu comportamento crescente ao longo da última década (cerca de 35% nos anos de 1960 e de 1981). Apesar disso, a taxa de actividade (homens e mulheres) observada no concelho de Castelo Branco mantém-se inferior à que se regista no País (48,4% em 1991). Por outro lado, comparativamente com os valores nacionais, a taxa de feminização da população activa no concelho de Castelo Branco, que era relativamente baixa em 1960 (13%) e em 1881 (18,6%), conhece acentuado crescimento em 1991 atingindo 41%, valor idêntico ao que se observa para o conjunto do País.

Para além de sublinhar uma evolução positiva ao nível das taxas de actividade e emprego, estas observações confirmam, por outro lado, a impressão já retida de que boa parte do emprego criado em Castelo Branco recruta mão-de-obra anteriormente inactiva, designadamente mulheres e jovens, não qualificada e de origem rural. Em suma, pode dizer-se que ao longo da última década o concelho de Castelo Branco conseguiu uma clara inflexão nas inéncias que têm caracterizado as regiões do interior português, embora o recrutamento adicional de trabalho esteja vocacionado para uma mão-de-obra de reserva, abundante e volátil, com os consequentes riscos de inconsistência em termos de projecto de desenvolvimento (cf. CAMPOS, 1994 e 1995).

4. Síntese

As principais dinâmicas migratórias e socioprodutivas registadas no concelho de Castelo Branco entre 1960 e 1991 podem sistematizar-se assim:

- o concelho de Castelo Branco situa-se numa região particularmente afectada pelo êxodo populacional ao longo do período considerado; quer se

tome a Beira Interior ou, mais estritamente, a Beira interior sul encontram-se saldos populacionais negativos na ordem dos 32%, sendo este êxodo mais acentuado no período 1960-1981 do que entre 1981-1991

- o concelho de Castelo Branco logrou escapar a tal punção populacional, apresentando um êxodo inferior a nove mil residentes (-13,8%) para o conjunto do período, que ocorre essencialmente na primeira parte do período (1960-1981), verificando-se mesmo que entre 1981 e 1991 a população residente se mantém praticamente estável (em índice: 1960=115; 1981=100 e 1991=98.9)

- um escrutínio mais fino do concelho, através das distintas freguesias que o constituem, evidencia que Castelo Branco foi atravessado por um duplo movimento migratório: a) um movimento de saída para além fronteiras e para o litoral continental, e; b) um afluxo aos centros urbanos do concelho (Castelo Branco-cidade e Alcains) com origem nas zonas rurais do próprio concelho e no seu exterior

- Castelo Branco-cidade conheceu um aumento de 12 mil (+82%) residentes no conjunto do período, o que em termos absolutos constitui um saldo (positivo) superior ao saldo (negativo) do concelho (-9 mil); em índice, para Castelo Branco-cidade: 1960=62.9; 1981=100 e 1991=114.2

- a estrutura de classes (período de 1960 a 1981) compreendeu uma redução das fracções agrícolas da Burguesia e do Operariado em simultâneo com o crescimento do Campesinato, o que traduz uma modificação nas modalidades dominantes de exploração da terra, agora maioritariamente familiares e não especificamente capitalistas; por outro lado, assistiu-se à emergência crescente de todas fracções de classe ligadas ao sector terciário, com particular destaque para a Pequena Burguesia Técnica de Enquadramento

- a estrutura de classes e a repartição da população activa por sectores de actividade económica evidenciam que o concelho de Castelo Branco, inicialmente rural (1960), se transforma num concelho urbano-industrial (1991), sendo de realçar um processo de acelerada convergência ao padrão

nacional (primeira fase: 1960-1981), e, numa segunda fase (1981-1991), uma evolução em paralelo com o País, mas apresentando especificidades que, embora ligeiras, geram alguma perplexidade: maior decréscimo do sector primário e menor decréscimo do secundário.

Em suma, esta síntese sociográfica revela um quadro de evolução em que se destaca a grande centralidade da cidade de Castelo Branco, primeiro em articulação com o sector terciário da economia (entre 1960 e 1981), e, numa segunda fase, que consegue maior impacto em termos de fixação de populações, também em articulação com a actividade industrial (entre 1981 e 1991). Como já se referiu, o crescimento/desenvolvimento centrado na actividade terciária constitui progressão normal para uma capital de distrito. Trata-se, afinal, de um conjunto de alterações na composição social da população activa que reproduz as principais linhas de transformação actuantes na sociedade portuguesa ao longo do mesmo período, ou seja, um tempo em boa parte marcado pela aproximação às lógicas civilizacionais das sociedades ocidentais contemporâneas, designadamente o declínio do mundo rural e a perda de importância relativa das actividades agrícolas, e, complementarmente, a importância crescente do mundo urbano e das actividades terciárias. Por seu turno, o desempenho do sector secundário na última parte do período (ligeiro crescimento em termos absolutos e escasso decréscimo em termos relativos) constitui elemento razoavelmente singular, em particular, num concelho interior com reduzida tradição industrial.

Referências bibliográficas:

- ALMEIDA, João Ferreira de, *Classes Sociais nos Campos. Camponeses parciais numa região do noroeste*, Lisboa, ICS, 1986
- ALMEIDA, J.F.; COSTA, A.F.; MACHADO, F.L., ‘Famílias, estudantes e universidade’, *Sociologia. Problemas e Práticas*, nº4, 1988, Lisboa, Pub. Europa-América
- ALMEIDA, J.F.; COSTA, A.F.; MACHADO, F.L., ‘Recomposição Socioprofissional e Novos Protagonismos’, in *Portugal: 20 anos de Democracia*, (António Reis, org.), Lisboa, Círculo de Leitores, 1994
- CAMPOS, Luís Melo, *Desenvolvimento local, mercado de trabalho e reprodução social: o caso do conselho de Castelo Branco*, Dissertação de mestrado ISCTE, 1994 (não publicado)
- CAMPOS, Luís Melo, ‘Desenvolvimento local, mercado de trabalho e reprodução social: resultados de um inquérito em Castelo Branco’, *Sociologia. Problemas e Práticas*, nº18, 1995, Lisboa, CIES
- DUARTE, Heitor, ‘Estrutura social e mudança na Beira interior’, in *Estruturas sociais e desenvolvimento - Actas do II Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, Ed. Fragmentos / APS, 1993
- FERRÃO, João, ‘Evolução e estrutura regional das classes sociais em Portugal (1960-1970)’, *Finisterra*, vol. XVII, nº33, 1982, Lisboa, CEG
- FERRÃO, João, ‘Recomposição social e estruturas regionais de classes (1970-1981)’, *Análise Social*, nº87-88-89, 1985, Lisboa, ICS
- NEVES, A. Oliveira das (org.), *Estudo da Zona Industrial de Castelo Branco*, Outubro de 1992, Dinamia, (não publicado)
- PIRES, Rui P. Pena, et. al., *Os Retornados. Um estudo sociográfico*, Lisboa, IED, 1984
- SILVA, Manuela (org.), *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*, Lisboa, IED, 1984

Fontes:

X Recenseamento Geral da População (1960), Lisboa, INE

XI Recenseamento Geral da População (1970), Lisboa, INE

XII Recenseamento Geral da População (1981), Lisboa, INE

XIII Recenseamento Geral da População. Resultados Preliminares (1991) - Centro, Lisboa, INE

XIII Recenseamento Geral da População (1991) - Centro, Lisboa, INE